

5.1.19. Função Gestão Ambiental

A atuação do Governo na implementação de um novo modelo de gestão ambiental compatível com o desenvolvimento econômico avançou em várias frentes na busca pela consolidação da Política Nacional de Meio Ambiente.

Para melhor ilustração desse quadro, ressalta-se a redução da taxa de desmatamento da Floresta Amazônica, que teve, no período de agosto de 2008 a julho de 2009, seu menor índice numa série histórica de 21 anos, representando uma queda de aproximadamente 45% em relação ao período anterior, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

Essa queda pode ser atribuída, em grande parte, ao esforço de setores governamentais e da sociedade, segmentos envolvidos na execução de atividades previstas no Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM).

Entre essas ações, destacaram-se o condicionamento da concessão de crédito para atividade agropecuária à comprovação de regularidade ambiental, conforme Resolução do Banco Central nº 3.545/2008, e a intensa e efetiva fiscalização do Ibama na Amazônia, com o apoio da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Exército Brasileiro e do Ministério do Trabalho e Emprego.

Vale destacar que os trabalhos de fiscalização no período resultaram na aplicação de 6.590 multas (no valor de R\$ 2,76 bilhões), embargo em 502 mil hectares e apreensão de 231 mil metros cúbicos de madeira e 414 caminhões. Há continuidade dessa tendência de redução do desmatamento na Amazônia.

Os dados divulgados pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Inpe, relativos a agosto e setembro de 2009, confirmam esse processo de queda. Em agosto, o desmatamento da Amazônia diminuiu 34% em relação ao mesmo mês de 2008 e, em setembro, 32%.

Além do combate ao desmatamento na Amazônia, em 2009 o MMA ampliou essa atividade a outros biomas brasileiros, em destaque, ao bioma cerrado.

Foi elaborado o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento de Queimadas no Cerrado – PPCerrado e lançados os dados do mapeamento de sua cobertura vegetal no período de 2002 a 2008.

Ainda com o objetivo de contribuir para a redução do desmatamento, destaca-se a celebração de pactos setoriais que abrangem diferentes setores: Governo Federal, governos estaduais, bancos públicos e privados, empresas e organizações da sociedade civil.

Esses pactos têm por finalidade a adoção de medidas para inibir o avanço de atividades predatórias que afetam negativamente o meio ambiente.

Por exemplo, em 2009, foi firmado o Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental, que conta com a participação do MMA e da Federação Brasileira de Bancos – Febraban.

Trata-se de um compromisso histórico desses setores para uma gestão ambiental mais eficaz, com o reconhecimento da magnitude dos problemas ambientais da atualidade, sobretudo os das mudanças do clima.

Outra iniciativa relevante do governo na área ambiental foi a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, com atuação nas áreas federal, estadual e municipal.

Atualmente esse sistema protege 16,72% do território continental brasileiro.

Em 2009, quatro unidades de conservação federais foram criadas, ampliando o sistema em aproximadamente 369 mil hectares e protegendo importantes áreas nos Biomas Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica e área marinha com Unidades de Conservação - UC que beneficiam diretamente centenas de famílias usuárias de seus recursos.

A adequada implementação do sistema é também uma constante meta. Assim, o programa Áreas Protegidas na Amazônia - ARPA deu um grande passo ao realizar ações de implementação em 62 unidades de conservação, bem como o Projeto Corredores Ecológicos, que investiu recursos no planejamento, fiscalização e implementação de UC nos Biomas Amazônia e Mata Atlântica.

As atividades de fiscalização desenvolvidas em 2009 também demonstraram a evolução do governo na área ambiental.

Realizaram-se cerca de 426 operações contra ilícitos ambientais, por intermédio do Ibama, destacando-se: Operação Guardiões da Amazônia; Boi Pirata II/PA; Rei do Gado/PA; Curuá/MT; Turiawaca/MA; Pólo Arco de Fogo e Portal da Amazônia/RO; Angustifolia/PR e Impacto Profundo – nos litorais norte, nordeste e sudeste. Nessas operações foram emitidos 20.535 autos de infração, que resultaram no já referido montante de R\$ 2,76 bilhões em multas.

Quanto à apreensão de madeira, contabilizou-se 156 mil m³ e foram embargados 404 mil hectares na Amazônia por ilícitos ambientais.

A política para os Povos e Comunidades Tradicionais também avançou em 2009, uma vez que se garantiu, por meio da Portaria Interministerial nº 239/2009, a inserção econômica dos povos e comunidades tradicionais.

Essa portaria instituiu o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB, uma parceria entre os Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e a

Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Os investimentos foram iniciados em 2008, em dez cadeias produtivas (açúcar, andiroba, babaçu, borracha, buriti, carnaúba, castanha-do-brasil, copaíba, pequi e piaçava), resultando na implantação de duas cadeias nacionais (castanha-do-brasil e babaçu) e oito cadeias territoriais. Nesse contexto, ressalta-se a constituição de instâncias de governança nacional (câmaras setoriais da castanha-do-brasil e do babaçu), câmaras e grupos de trabalhos setoriais em 10 estados (MA, PA, TO, AC, AP, AM, MT, RO, CE e PI) e em 300 municípios, e a criação de Rede de Serviços destinada ao atendimento às cadeias de produtos e ao início do diálogo com o setor empresarial, diante da importância da participação desse setor nesses processos.

Fato inédito é o processo de inclusão de produtos extrativistas na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), tendo sido criados ou adequados preços mínimos para 7 produtos da sociobiodiversidade, a qual subvencionou R\$ 500 mil para 1.800 famílias extrativistas, indicando enorme potencial desta política para 2010, dado o descompasso entre preço mínimo e preços praticados pelo mercado.

No setor de Recursos Hídricos, entre as atividades desenvolvidas no exercício de 2009 estão o apoio técnico e financeiro à elaboração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs) dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Pará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; o desenvolvimento do enfoque ecossistêmico aplicado à Gestão Integrada de Recursos Hídricos; o desenho institucional do Observatório das Águas; o desenvolvimento da matriz de coeficientes técnicos de consumo de água nos processos produtivos; o apoio à elaboração do Programa Nacional de Águas Subterrâneas; e o desenvolvimento do Sistema de Informações do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que funcionará integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH).

Outro ponto importante na política ambiental é o processo de concessões florestais, cuja viabilização implica a realização de levantamentos socioeconômicos das localidades, de estudos de viabilidade econômica das atividades e da elaboração de editais de licitação.

As áreas a serem concedidas devem estar previamente identificadas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas e no Plano Anual de Outorga Florestal, ambos instrumentos desenvolvidos pelo Serviço Florestal.

Em outubro de 2009, sob essas condições, foi lançado o edital de licitação para concessão florestal na Floresta Nacional de Saracá-Taquera, no Pará. As três unidades de manejo florestal disponibilizadas para licitação em Saracá-Taquera totalizam aproximadamente 140 mil hectares e visam fomentar o desenvolvimento sustentável no oeste do Pará e dinamizar, em especial, a economia dos municípios de Oriximiná, Faro e Terra Santa, com a geração de cerca de 1.000 empregos.

Na esfera internacional, o Brasil engajou-se ativamente no processo negociador, que culminou na 15ª Conferência das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Copenhague, por meio de significativas metas de redução nas emissões de CO².

O país deverá reduzir entre 36,1% e 38,9% as estimativas de emissões previstas para 2020. No plano interno, adotou objetivos voluntários de redução de emissões de gases de efeito estufa. Obteve apoio amplo na Assembleia Geral da ONU (AGNU) para a proposta de realizar, em 2012, nova conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável (Rio+20).

Na presidência dos Países Megadiversos Afins, trabalhou pela adoção, em 2010, de regime internacional sobre acesso e repartição de benefícios pela Convenção sobre Diversidade Biológica. Como comprovação do grande avanço na gestão ambiental, dois indicadores devem ser ressaltados. O primeiro diz respeito à taxa de desmatamento, que apresentou grande redução, conforme demonstra tabela a seguir:

ÁREA DESMATADA (km²) NA AMAZÔNIA LEGAL ENTRE 1988 E 2009

ANO	ÁREA DESMATADA (km ²)	ANO	ÁREA DESMATADA (km ²)
1988	21.050	1999	17.259
1989	17.770	2000	18.226
1990	13.730	2001	18.165
1991	11.030	2002	21.523
1992	13.786	2003	25.396
1993	14.896	2004	27.772
1994	14.896	2005	19.014
1995	29.059	2006	14.196
1996	18.161	2007	11.633
1997	13.227	2008	12.911
1998	17.383	2009*	7.008

Fonte: PRODES/INPE (*)Taxa estimada

O segundo refere-se à ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o qual apresentou grande avanço no Governo atual, como pode ser observado na tabela a seguir:

UC FEDERAIS

ANO CRIAÇÃO OU AMPLIAÇÃO	ÁREA (km ²)	Nº DE UC CRIADA	Nº DE UC AMPLIADA
Até 2002	500.392	235	8
2003	535	3	0
2004	29.423	8	3
2005	61.876	20	1
2006	112.758	22	3
2007	1.257	5	2
2008	58.565	7	2
2009	3.688	4	0
TOTAL	768.495	304	19

UC ESTADUAIS

ANO CRIAÇÃO	ÁREA (km²)	Nº DE UC CRIADA
Até 2002	398.342	489
2003	44.518	19
2004	20.547	18
2005	33.346	22
2006	217.696	29
2007	3.918	13
2008	14.001	22
2009	23.099	7

Sob o aspecto orçamentário, o MMA e suas vinculadas operam dentro de quatro funções, a saber: Previdência Social, Gestão Ambiental, Encargos Especiais e Reserva de Contingência. A análise dos quadros seguintes permite observar que houve um crescimento consecutivo em todas as funções, tanto de dotação quanto de execução,

nos exercícios apresentados, exceto na função Encargos Especiais. Neste caso, é importante registrar os novos procedimentos adotados com relação ao pagamento da dívida contratual externa, que desde 2007 está sendo transferida para a administração da Secretaria do Tesouro Nacional.

Esse processo gradual de transferência explica a trajetória descendente dos valores referentes à subfunção Serviço da Dívida Externa, que em 2005 era responsável por 73% da função em pauta. No entanto, a subfunção Outros Encargos Especiais, devido à operação especial Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado, apresentou um incremento expressivo, particularmente pelo crescimento da execução de ações contra o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

R\$ 1,00

FUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	AUMENTO (%) 2005 A 2009
	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	
Previdência Social	131.441.773	185.595.900	229.618.869	237.124.762	258.299.171	96,5
Gestão Ambiental	1.289.525.451	1.262.165.979	1.460.434.130	1.670.095.279	1.728.679.725	34,0
Encargos Especiais	126.083.506	94.460.164	78.456.000	28.482.970	58.631.622	-53,5
Reserva de Contingência	697.639.659	847.236.352	1.036.009.479	1.225.982.893	1.480.678.209	112,2

Fonte: Siafi Gerencial

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO

R\$ 1,00

FUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	AUMENTO (%) 2005 A 2009
	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	
Previdência Social	130.387.465	174.312.882	221.457.884	233.643.998	252.966.343	94
Gestão Ambiental	948.310.839	1.106.747.759	1.210.315.071	1.281.264.425	1.370.799.628	45,9
Encargos Especiais	70.285.178	39.458.641	36.992.811	23.085.833	52.686.833	-25
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial

Do ponto de vista global, o maior incremento no orçamento ocorreu na função Reserva de Contingência. Vale registrar que estes são recursos com extrema rigidez de aplicação, ficando quase que integralmente sem utilização, visto que a parcela relativa à Reserva de Contingência só é passível de execução mediante crédito adicional. Em seguida, está situada a função Previdência Social. Essa ocorrência era esperada, uma vez que houve um aumento do número de servidores e pensionistas nos últimos anos, além das reestruturações da composição

remuneratória das carreiras do MMA. A Gestão Ambiental, onde se encontram as ações finalísticas do Ministério e também ações ligadas à administração, saúde, relações exteriores, trabalho, educação, ciência e tecnologia etc., apresentou um crescimento total de 34% de dotação e 45,9% de execução, conforme tabela a seguir. Cabe ressaltar que a taxa de inflação acumulada entre janeiro de 2005 e janeiro de 2009, com base no IPCA, foi da ordem de 21,17 % (fonte: site do Banco Central).

FUNÇÃO 09 "PREVIDÊNCIA SOCIAL" MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - ÓRGÃO: 44000

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO
PREVID. DO REG. ESTAT.	131.441.773	185.595.900	229.618.869	237.124.762	258.299.171
	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO
PREVID. DO REG. ESTAT.	130.387.465	174.312.882	221.457.884	233.643.998	252.966.343

FUNÇÃO 28 "ENCARGOS ESPECIAIS"
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - ÓRGÃO: 44000

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO
SERV. DA DÍV. EXTERNA	93.034.640	73.657.470	45.566.075	7.276.660	4.855.723
TRANSFERÊNCIAS	0	0	4.762.800	2.998.800	2.998.400
OUTROS ENCARGOS ESP.	33.048.866	20.802.694	28.127.125	18.207.510	50.777.499
TOTAL	126.083.506	94.460.164	78.456.000	28.482.970	58.631.622
	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO
SERV. DA DÍV. EXTERNA	37.246.685	19.356.946	9.323.616	4.881.740	3.081.741
TRANSFERÊNCIAS	0	0	0	0	0
OUTROS ENCARGOS ESP.	33.038.493	20.101.695	27.669.195	18.204.093	49.605.092
TOTAL	70.285.178	39.458.641	36.992.811	23.085.833	52.686.833

FUNÇÃO 99 "RESERVA DE CONTINGÊNCIA"
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - ÓRGÃO: 44000

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO
RESERVA DE CONTING.	697.639.659	847.236.352	1.036.009.479	1.225.982.893	1.480.678.209
TOTAL	697.639.659	847.236.352	1.036.009.479	1.225.982.893	1.480.678.209
	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO
RESERVA DE CONTING.	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	0

FUNÇÃO 18 "GESTÃO AMBIENTAL"
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - ÓRGÃO: 44000

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO
PLAN. E ORÇ.	11.227.525	10.626.802	8.404.761	3.900.000	5.715.406
ADM. GERAL	750.498.410	803.761.070	854.678.575	941.861.598	1.022.966.835
NORMAT. E FISCAL.	30.518.527	35.965.072	35.077.760	49.323.722	94.795.726
TECNOL. DA INFOR.	15.103.506	18.864.801	11.173.937	8.361.742	37.576.973
ORDENAM. TERRITORIAL	2.260.854	621.453	9.363.766	27.995.097	15.979.508
FORMAÇÃO DE REC. HUM.	16.900.950	15.906.456	48.379.156	80.033.475	42.520.444
COMUNICAÇÃO SOCIAL	3.389.038	1.431.156	2.017.667	959.667	413.212
POLICIAMENTO	1.051.620	0	0	0	0
COOPER. INTERNAC.	4.674.105	1.800.000	3.293.727	2.897.547	
ATENÇÃO BÁSICA	11.764.294	12.417.050	12.983.236	14.275.595	15.449.980
VIGIL. EPIDEMIO. *	0	0	4.058.347	3.434.107	2.197.000
ALIMENT. E NUTRIÇ.	12.434.955	13.187.867	13.756.911	14.786.659	14.879.584
PROT E BEN AO TRAB.	1.951.658	2.021.105	1.979.553	2.324.635	2.340.015
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.560.765	1.415.927	1.429.060	1.494.698	1.495.790
PATR. HIST. ART. E ARQ.	2.034.501	1.650.000	100.000	0	0
ASS. AOS POVOS INDÍG.	300.000	0	0	0	0
SANEAMENTO BÁS. URB	3.695.999	1.120.000	905.026	1.198.910	1.096.618
PRESER. E CONS. AMB.	216.086.592	192.739.748	217.640.758	266.087.474	186.572.064
CONTROLE AMB.	70.832.415	40.194.614	72.355.294	90.937.936	95.423.403
REC. DE ÁREAS DEGR.	6.093.434	1.600.129	3.822.500	12.443.782	14.290.153
RECURSOS HÍDRICOS	106.899.180	91.402.109	145.272.585	133.430.137	165.209.544
DESENV. CIENTÍFICO	1.274.024	3.072.230	1.478.348	2.300.824	2.433.100
DESENV. TEC. E ENGEN.	195.296	925.470	99.584	71.701	100.000
DIFUSÃO DO CONHECIM.	6.694.093	4.367.424	3.487.490	3.358.348	3.350.000
PROMOÇÃO PROD. VEG.	7.811.915	7.075.496	5.676.089	5.640.896	3.874.370
EXTENSÃO RURAL	1.268.000	0	0	0	0
TURISMO	3.003.795	0	0	0	0
OUTROS ENC. ESP.	0	0	3.000.000	2.976.729	
TOTAL	1.289.525.451	1.262.165.979	1.460.434.130	1.670.095.279	1.728.679.725

**FUNÇÃO 18 "GESTÃO AMBIENTAL"
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - ÓRGÃO: 44000**

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO
PLAN. E ORÇ.	4.733.701	7.972.171	6.936.637	3.539.449	3.677.352
ADM. GERAL	624.560.272	780.743.450	815.379.140	890.936.640	957.401.006
NORMAT. E FISCAL.	29.183.858	34.286.099	33.762.657	42.226.209	68.005.862
TECNOL. DA INFOR.	11.157.465	14.612.379	6.153.786	7.553.255	33.527.389
ORDENAM. TERRITORIAL	922.392	578.543	653.577	10.619.271	3.410.420
FORMAÇÃO DE REC. HUM.	12.302.387	12.917.166	20.456.743	30.798.310	22.050.252
COMUNICAÇÃO SOCIAL	766.741	765.860	900.175	10.329	840
POLICIAMENTO	0	0	0	0	0
COOPER. INTERNAC.	2.975.100	1.206.990	2.559.344	2.523.535	0
ATENÇÃO BÁSICA	11.352.043	11.708.913	12.523.038	13.820.703	14.416.291
VIGIL. EPIDEMIO. *	0	0	624.240	902.797	2.145.561
ALIMENT. E NUTRIÇ.	11.865.397	9.714.079	13.275.562	13.515.497	14.439.582
PROT E BEN AO TRAB.	1.508.555	1.779.642	1.661.417	1.768.955	2.175.605
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.194.051	1.243.365	1.049.856	1.147.805	1.306.772
PATR. HIST. ART. E ARQ.	783.012	897.895	100.000	0	0
ASS. AOS POVOS INDÍG.	0	0	0	0	0
SANEAMENTO BÁS. URB	524.780	635.107	905.026	1.198.910	0
PRESER. E CONS. AMB.	109.772.397	106.023.584	109.067.106	91.373.975	91.440.476
CONTROLE AMB.	41.948.679	33.778.116	55.340.803	52.118.145	68.388.523
REC. DE ÁREAS DEGR.	3.218.255	920.575	2.024.426	1.064.670	7.890.366
RECURSOS HÍDRICOS	66.484.357	75.120.982	118.337.057	108.129.660	77.763.535
DESENV. CIENTÍFICO	876.127	2.915.389	1.345.302	1.005.500	960.732,00
DESENV. TEC. E ENGEN.	96.600	386.579	0	0	0
DIFUSÃO DO CONHECIM.	5.454.341	2.763.662	2.574.719	753.131	542.163
PROMOÇÃO PROD. VEG.	5.960.646	5.777.213	3.745.727	3.579.873	1.256.901
EXTENSÃO RURAL	78.720	0	0	0	0
TURISMO	590.963	0	0	0	0
OUTROS ENC. ESP.	0	0	938.733	2.677.806	
TOTAL	948.310.839	1.106.747.759	1.210.315.071	1.281.264.425	1.370.799.628

* EM 2009, PARTE DA SUBFUNÇÃO ENTROU COMO FUNÇÃO 04 – ADMINISTRAÇÃO, TENDO SIDO AJUSTADO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO.

As subfunções vinculadas à função Gestão Ambiental que obtiveram crescimento significativo, comparadas ao exercício de 2005, foram: Recuperação de Áreas Degradadas e Controle Ambiental. As subfunções Normatização e Fiscalização e Ordenamento Territorial, embora não entrem no rol das vinculadas a tal função, possuem grande relevância nos trabalhos realizados por este órgão e por isso foram agrupadas às atividades finalísticas do Ministério do Meio Ambiente, conforme tabela a seguir.

AÇÕES FINALÍSTICAS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO
PRESER. E CONS. AMB.	216.086.592	192.739.748	217.640.758	266.087.474	186.572.064
CONTROLE AMB.	70.832.415	40.194.614	72.355.294	90.937.936	95.423.403
REC. DE ÁREAS DEGR.	6.093.434	1.600.129	3.822.500	12.443.782	14.290.153
RECURSOS HÍDRICOS	106.899.180	91.402.109	145.272.585	133.430.137	165.209.544
NORMAT. E FISCAL.	30.518.527	35.965.072	35.077.760	49.323.722	94.795.726
ORDENAM. TERRITORIAL	2.260.854	621.453	9.363.766	27.995.097	15.979.508
TOTAL	432.691.002	362.523.125	483.532.663	580.218.148	572.270.398
	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO
PRESER. E CONS. AMB.	109.772.397	106.023.584	109.067.106	91.373.975	91.440.476
CONTROLE AMB.	41.948.679	33.778.116	55.340.803	52.118.145	68.388.523
REC. DE ÁREAS DEGR.	3.218.255	920.575	2.024.426	1.064.670	7.890.366
RECURSOS HÍDRICOS	66.484.357	75.120.982	118.337.057	108.129.660	77.763.535
NORMAT. E FISCAL.	29.183.858	34.286.099	33.762.657	42.226.209	68.005.862
ORDENAM. TERRITORIAL	922.392	578.543	653.577	10.619.271	3.410.420
TOTAL	251.529.938	250.707.899	319.185.626	305.531.930	316.899.182

Observa-se que o crescimento dessas ações foi da ordem de 26%, o que já era esperado tendo em vista que o meio ambiente vem ganhando grande evidência por parte do governo federal acompanhando o paradigma mundial.

Dentre as subfunções relacionadas à administração do órgão, merecem destaque Tecnologia da Informação, Formação de Recursos Humanos e Administração Geral. Em relação ao aumento de 51% dessas despesas, algumas considerações podem ser feitas, a saber:

1) Nos últimos anos, o Ministério do Meio Ambiente - MMA fez uma importante reforma administrativa na sua estrutura; foram criadas a Assessoria de Assuntos Internacionais, o Departamento de Gestão Estratégica e o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, instituído pela Lei de Gestão de Florestas Públicas, nº 11.284/2006, responsável por gerir as florestas públicas federais e fomentar o desenvolvimento florestal sustentável, por meio da implementação do Cadastro Nacional de Florestas Públicas e do Sistema Nacional de Informações

Florestais, programas de capacitação, assistência técnica e pesquisa e de desenvolvimento;

2) Foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO que é administrativa e financeiramente, vinculada ao MMA, criado por meio da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, com a finalidade de executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização, monitoramento, entre outras, das unidades de conservação instituídas pela União;

3) Para criar condições de trabalho compatíveis com a nova realidade, o MMA investiu na modernização das instalações físicas e da infra-estrutura tecnológica, informatização, aquisição de equipamentos, aprimoramento de pessoal por meio da realização de concursos, cursos de pós-graduação e oferecimento de treinamentos. Todas essas ações garantiram mais segurança, conforto e agilidade ao trabalho desenvolvido pelo Ministério.

DEMAIS AÇÕES DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO
PLAN. E ORÇ.	11.227.525	10.626.802	8.404.761	3.900.000	5.715.406
ADM. GERAL	750.498.410	803.761.070	854.678.575	941.861.598	1.022.966.835
TECNOL. DA INFOR.	15.103.506	18.864.801	11.173.937	8.361.742	37.576.973
FORMAÇÃO DE REC. HUM.	16.900.950	15.906.456	48.379.156	80.033.475	42.520.444
COMUNICAÇÃO SOCIAL	3.389.038	1.431.156	2.017.667	959.667	413.212
POLICIAMENTO	1.051.620	0	0	0	0
COOPER. INTERNAC.	4.674.105	1.800.000	3.293.727	2.897.547	0
ATENÇÃO BÁSICA	11.764.294	12.417.050	12.983.236	14.275.595	15.449.980
VIGIL. EPIDEMIO.	0	0	4.058.347	3.434.107	2.197.000
ALIMENT. E NUTRIÇ.	12.434.955	13.187.867	13.756.911	14.786.659	14.879.584
PROT E BEN AO TRAB.	1.951.658	2.021.105	1.979.553	2.324.635	2.340.015
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.560.765	1.415.927	1.429.060	1.494.698	1.495.790
PATR. HIST. ART. E ARQ.	2.034.501	1.650.000	100.000	0	0
ASS. AOS POVOS INDÍG.	300.000	0	0	0	0
SANEAMENTO BÁS. URB	3.695.999	1.120.000	905.026	1.198.910	1.096.618
DESENV. CIENTÍFICO	1.274.024	3.072.230	1.478.348	2.300.824	2.433.100
DESENV. TEC. E ENGEN.	195.296	925.470	99.584	71.701	100.000
DIFUSÃO DO CONHECIM.	6.694.093	4.367.424	3.487.490	3.358.348	3.350.000
PROMOÇÃO PROD. VEG.	7.811.915	7.075.496	5.676.089	5.640.896	3.874.370
EXTENSÃO RURAL	1.268.000	0	0	0	0
TURISMO	3.003.795	0	0	0	0
OUTROS ENC. ESP.	0	0	3.000.000	2.976.729	
TOTAL	856.834.449	899.642.854	976.901.467	1.089.877.131	1.156.409.327
	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO
PLAN. E ORÇ.	4.733.701	7.972.171	6.936.637	3.539.449	3.677.352
ADM. GERAL	624.560.272	780.743.450	815.379.140	890.936.640	957.401.006
TECNOL. DA INFOR.	11.157.465	14.612.379	6.153.786	7.553.255	33.527.389
FORMAÇÃO DE REC. HUM.	12.302.387	12.917.166	20.456.743	30.798.310	22.050.252
COMUNICAÇÃO SOCIAL	766.741	765.860	900.175	10.329	840
POLICIAMENTO	0	0	0	0	0
COOPER. INTERNAC.	2.975.100	1.206.990	2.559.344	2.523.535	0
ATENÇÃO BÁSICA	11.352.043	11.708.913	12.523.038	13.820.703	14.416.291
VIGIL. EPIDEMIO.	0	0	624.240	902.797	2.145.561

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
ALIMENT. E NUTRIÇ.	11.865.397	9.714.079	13.275.562	13.515.497	14.439.582
PROT E BEN AO TRAB.	1.508.555	1.779.642	1.661.417	1.768.955	2.175.605
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.194.051	1.243.365	1.049.856	1.147.805	1.306.772
PATR. HIST. ART. E ARQ.	783.012	897.895	100.000	0	0
ASS. AOS POVOS INDÍG.	0	0	0	0	0
SANEAMENTO BÁS. URB	524.780	635.107	905.026	1.198.910	0
DESENV. CIENTÍFICO	876.127	2.915.389	1.345.302	1.005.500	960.732,00
DESENV. TEC. E ENGEN.	96.600	386.579	0	0	0
DIFUSÃO DO CONHECIM.	5.454.341	2.763.662	2.574.719	753.131	542.163
PROMOÇÃO PROD. VEG.	5.960.646	5.777.213	3.745.727	3.579.873	1.256.901
EXTENSÃO RURAL	78.720	0	0	0	0
TURISMO	590.963	0	0	0	0
OUTROS ENC. ESP.	0	0	938.733	2.677.806	
TOTAL	696.780.901	856.039.860	891.129.445	975.732.495	1.053.900.446

Programas Estruturantes

Para a consecução dos objetivos setoriais da gestão ambiental, o MMA possui 17 programas, dentre os quais se destacam: Probacias – Conservação de Bacias Hidrográficas; Qualidade Ambiental; Nacional de Florestas; Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos; e Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer. São apresentados, a seguir, a execução orçamentária e os principais resultados desses programas.

Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas

LEI + CRÉDITO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
80.569.098,00	60.969.361,00	44.601.238,00	44.719.465,00

O programa Conservação de Bacias Hidrográficas atua por meio de ações integradas, em parceria com comitês e agências de bacias hidrográficas e órgãos gestores de recursos hídricos, com iniciativas próprias voltadas para capacitação de órgãos gestores de recursos hídricos, elaboração de planos de recursos hídricos, fiscalização do uso de recursos hídricos e, ainda, realização de contratos de gestão para aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos nas respectivas bacias. Essa linha de atuação proporcionou o alcance dos seguintes resultados em 2009:

i) Outorga de 1.135 usuários de recursos hídricos, sendo 60% para atividades de irrigação; e cadastramento de 8.341 usuários de recursos hídricos, destacando-se, ainda, a consolidação do cadastro de 300 usuários com regularização de usos (cadastro e outorga) e de cobrança pelo uso, além da migração de aproximadamente 1.350 usuários para o Cadastro Nacional de Recursos Hídricos – CNARH;

ii) Emissão, até o momento, para mais de 25 empreendimentos, do CERTHO – Certificado de Sustentabilidade de Obras Hídricas, instituído pelo Decreto nº 4.024, de 21 de novembro de 2001, que

avalia a sustentabilidade operacional hídrica do empreendimento de reservação ou adução de água bruta a ser implantado, financiado total ou parcialmente com recursos da União e com custo superior a R\$ 10 milhões. Dentre essas empresas, destaca-se o PISF – Programa de Integração do São Francisco, obra que viabilizará o atendimento de consumo e a geração de empregos para milhares de brasileiros;

iii) Realização de 24 campanhas de fiscalização de usuários outorgados, com a finalidade de verificar a regularidade dos termos e condições da outorga concedida, de dirimir conflitos e, ainda, de apurar denúncias, resultando em 143 usuários vistoriados, com 35 notificações e 22 regularizações, contemplando usuários das bacias dos rios Paraíba do Sul, Grande, Piracicaba, Capivari, Jundiá, Piranhas Açu, Pípiripau, São Francisco, Doce e Tocantins;

iv) Implantação, na ANA, da Sala de Situação, dotada de infraestrutura física compatível com as necessidades de monitoramento dos eventos hidrológicos críticos, em tempo real, que deverá gerar informações necessárias à prevenção de catástrofes;

v) Criação do Comitê único para as bacias dos rios Piranhas-Açu, com o reconhecimento dos dois estados envolvidos, Rio Grande do Norte e Paraíba, um avanço para a gestão de recursos hídricos no país, no âmbito da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

vi) Elaboração das diretrizes para a gestão de recursos hídricos na bacia do Alto Paraguai, a ser aprovada, para a sua efetivação, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH;

vii) Lançamento do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos, com previsão de atualização anual. O documento responde à Resolução nº 58 do CNRH e procura respostas para o comportamento dos recursos hídricos do país, tendo como referência o período passado. A série histórica que se formará poderá responder a uma série de indagações e direcionar os investimentos em recursos hídricos de maneira adequada, para suprir as populações de água em quantidade e

qualidade ideais;

viii) Publicação do Atlas Regiões Metropolitanas, que contempla o diagnóstico do abastecimento urbano de água num horizonte que se estende até 2025, constituindo-se em um importante instrumento de planejamento e de alocação de recursos para suprir as cidades com população superior a 250 mil habitantes.

Os indicadores do programa têm por objetivo aferir a efetividade do avanço da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, representado pela variação: área do território nacional e crescimento da taxa da população brasileira atendida com a implantação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, como segue:

Indicador 1: Área do Território Brasileiro com Implementação da Cobrança pelo Direito de Uso de Recurso Hídricos, excluída a Bacia Amazônica				UNIDADE DE MEDIDA: %
ÍNDICE DE REFERÊNCIA (%)	DATA	ÍNDICE APURADO EM 2008	ÍNDICE APURADO EM 2009	ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA
1,58	01/06/2003	1,58	1,58	16,96

Indicador 2: População Brasileira Beneficiada com a Implementação de Projetos Decorrentes da Cobrança pelo Direito de Uso dos Recursos Hídricos				UNIDADE DE MEDIDA: %
ÍNDICE DE REFERÊNCIA	DATA	ÍNDICE APURADO EM 2008	ÍNDICE APURADO EM 2009	ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA
5,93	01/12/2003	5,93	5,93	14,34

Comentários: Duas bacias hidrográficas tiveram o processo de cobrança instituído até o momento, a saber, do rio Paraíba do Sul e dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ). Para o período deste PPA, está prevista a instalação do processo de cobrança em outras três bacias hidrográficas: São Francisco, Doce e Verde Grande. As cobranças no São Francisco e Doce devem ter início em 2010, representando o alcance mais de 95% para ambos os índices previstos e há boas possibilidades de que se inicie também na bacia do rio Verde Grande, afluente do São Francisco, até o final do PPA, o que significaria o alcance de 100% dos indicadores.

Programa Qualidade Ambiental

LEI + CRÉDITO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
40.842.137,00	21.731.517,00	14.769.508,47	14.769.508,47

O programa tem por objetivo promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, controle de riscos e atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais, controle de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera e a definição de medidas de adaptação às mudanças climáticas.

No que se refere ao licenciamento ambiental sob a responsabilidade do programa, durante o exercício 2009 foram desenvolvidos novos instrumentos de avaliação ambiental estratégica que estão possibilitando o melhoramento contínuo do processo de licenciamento ambiental nos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAs e Ibama e, por conseguinte, da gestão ambiental, assegurando condições para o desenvolvimento econômico e social em bases ambientalmente sustentáveis.

Ainda com o objetivo de melhorar o licenciamento ambiental, destaca-se a participação do Ministério do Meio Ambiente no Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural – PROMINP, coordenado pelo Ministério das Minas e Energia – MME.

O MMA vem investindo na capacitação dos órgãos ambientais para o mapeamento de áreas de risco de acidentes com produtos perigosos, visando definir mecanismos de prevenção e atendimento à ocorrência de emergências ambientais envolvendo esses produtos. Encontra-se em andamento o mapeamento de

sensibilidade ambiental a derramamento de óleo, com previsão para conclusão em 2010, que inclui os mapeamentos das bacias de Sergipe–Alagoas / Pernambuco–Paraíba, das bacias do sul da Bahia (abrangendo Jacuípe, Camamu–Alamada, Jequitinhonha, Cumuruxatiba e Mucuri) e da bacia do Espírito Santo, todos no âmbito do Plano Cartográfico para Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo em Áreas Costeiras e Marinhas, que abrange 9(nove) agrupamentos de bacias sedimentares marítimas. Foi inaugurado o 1º Laboratório público brasileiro, na área de meio ambiente, com capacidade para a análise de dioxinas e furanos, resultado de convênio firmado entre o MMA e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb.

Finalizada em 2009 a primeira fase do Programa de Registro de Emissões e Transferência de Poluentes – RETP, que é um sistema de levantamento, tratamento e transferência de substâncias e produtos que causam ou têm potencial para causarem danos ou riscos ao meio ambiente e à saúde humana. O RETP contemplará informações sobre emissões de poluentes no ar, na água e no solo, assim como dados sobre resíduos transportados para outras áreas de tratamento e disposição final. Os dados inicialmente virão de fontes pontuais (como as indústrias) e, futuramente, poderão incorporar também fontes difusas (como transporte ou operações agrícolas).

Com relação à atuação do MMA para a proteção da camada de ozônio e do sistema climático global, destacam-se os projetos que tratam da Política Nacional sobre Mudança do Clima e do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, aprovados pelo Congresso Nacional e sancionados pelo presidente da República no ano de 2009. A Política Nacional sobre Mudança do Clima, Lei

nº 12.187/2009, apresenta dois objetivos principais: (i) reduzir as emissões e fortalecer as remoções de gases de efeito estufa no território nacional, assumindo o compromisso de reduzir, até 2020, as emissões projetadas de gases do efeito estufa, entre 36,1% e 38,9%; e (ii) definir e implementar medidas para promover a adaptação à mudança do clima. Como instrumento da Política, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, Lei nº 12.114/2009, terá recursos oriundos da participação especial da receita da produção de petróleo que serão destinados ao financiamento de empreendimentos e apoio a projetos ou estudos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima.

No tocante ao aspecto da qualidade do ar no país, o MMA, no ano de 2009, realizou ações contemplando o controle das fontes móveis e fixas de poluição, como integrantes do Plano Nacional de Gestão da Qualidade do Ar realizado em consonância com o Plano Nacional de Mudanças do Clima.

O MMA também continuou desenvolvendo, em 2009, a estratégia de implementação das Convenções. No que se

refere à Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes - POPs no Brasil, em 2009 o Ministério obteve recursos do Global Environment Facility – GEF, com aprovação de dois projetos que permitirão a elaboração do Plano Nacional de Implementação e o desenvolvimento da capacidade do país de gerenciar POPs e Bifenilas Policloradas – PCBs. Sobre a Convenção de Roterdã – PIC, destaca-se, com relação ao asbesto/amianto, a publicação da Portaria MMA nº. 43, de 2009, que dispõe sobre a vedação ao Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos vinculados de utilização de qualquer tipo de asbesto/amianto.

Por fim, pode-se afirmar que a execução do programa promove a inserção da dimensão ambiental nas políticas públicas dos diversos setores produtivos, mediante a articulação institucional, o planejamento conjunto de ações pertinentes aos temas, o fortalecimento de entidades e a modernização e processos de gestão ambiental.

Os indicadores do programa e seus índices são apresentados a seguir:

DESCRIÇÃO	ÍNDICE	DATA DE APURAÇÃO
Número de empreendimentos de infra-estrutura sem licença de operação (UNIDADE)	52	01/2009
Número de episódios anuais de violação do padrão diário de qualidade do ar para os parâmetros material particulado inalável (PM10) e ozônio (O3) (UNIDADE)	657	01/2009
Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (CFCs) (tonelada)	290	04/2009
Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (HCFCs) (tonelada)	1.810	04/2009

Fontes: Ibama, Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, MME, MT e Cadastro Técnico Federal do Ibama

Embora tenha ocorrido um número bem menor de violações dos padrões primários de material particulado inalável e ozônio, em relação aos anos anteriores, o número de episódios de ultrapassagem do nível de atenção ocorridos na região metropolitana de São Paulo foi elevado, o que atinge mais de 10% da população brasileira.

Apesar de os índices de material particulado ainda serem elevados em determinadas regiões, o ozônio é hoje a principal preocupação dos gestores públicos que monitoram a qualidade do ar das grandes cidades, não obstante os avanços do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores e da legislação federal sobre emissões veiculares/Proconve.

Trata-se de um poluente secundário cujos precursores são dióxido de nitrogênio, que tem como principal fonte os veículos pesados, e os hidrocarbonetos, oriundos das emissões veiculares e também industriais, sendo a indústria petroquímica uma importante fonte emissora dessa família de poluentes.

Tal fato se verifica claramente nos níveis de ozônio medidos nas regiões metropolitanas de SP e RJ, que concentram grande número de veículos, e nas regiões industriais como Cubatão e Baixada Fluminense, importantes pólos petroquímicos.

Os dados finais do consumo de CFCs e HCFCs só são obtidos no mês de maio de cada ano, pois de acordo com a Resolução CONAMA 267/00 e a Instrução Normativa IBAMA 37/04, as empresas cadastradas no Cadastro Técnico Federal – CTF têm até o dia 30 de abril de cada ano para fornecer ao IBAMA o inventário com os dados quantitativos relativos às substâncias controladas, comercializadas ou utilizadas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior ao corrente. Portanto, os dados apresentados na tabela acima são referentes ao exercício de 2008.

Os HCFCs são considerados substâncias intermediárias na substituição dos CFCs. Assim, optou-se pela introdução de indicador relacionado aos HCFCs.

Atualmente, o Protocolo de Montreal estabelece como meta o congelamento dos HCFCs em 2013, com base no consumo médio de 2009-2010, redução de 10% do consumo em 2015; 35% em 2020; 67,5% em 2025; 97,5% em 2030 e eliminação do consumo em 2040. Essas substâncias, além do potencial de destruição da camada de ozônio, possuem potencial de aquecimento global.

Apesar das recentes ações governamentais, entre elas os avanços do PROCONVE para veículos leves, a

implementação dos Programas de Inspeção e Manutenção Veicular em São Paulo e o incremento das ações de controle e monitoramento ambiental nas indústrias, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, o aumento no número de veículos em circulação nas

Programa Nacional De Florestas

LEI + CRÉDITO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
65.043.384,00	31.991.433,74	31.991.433,74	31.991.433,74

O programa Nacional de Florestas tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável, conciliando a exploração com a proteção dos ecossistemas e a compatibilização da política florestal com os demais setores, de modo a ampliar o mercado interno e externo e o desenvolvimento institucional do setor.

O programa vem se esforçando para conseguir no Bndes novas regras para o financiamento de plantios florestais que contemplem a utilização de espécies nativas, visando, também, obter acesso aos recursos externos oriundos dos Projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Outrossim, foram desenvolvidas ações diversas no Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco, como, por exemplo, criação de Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CR-ad's), voltados para realizar atividades de mobilização e de capacitação técnica; de implantação de experimentos florestais (modelos demonstrativos de recuperação da cobertura vegetal dos biomas); e de promoção de ações de articulação interinstitucional.

Ressalta-se, também, o grande avanço ocorrido com relação à proposição e condução dos projetos financiados por agências internacionais de fomento, mediadas pela Agência Brasileira de Cooperação, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE).

Com o apoio de organismos internacionais (FAO, PNUD, ITTO e outros) e do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), estão sendo financiados projetos florestais, patrocinados editais para a seleção de consultores e de projetos, dentre os quais merecem destaque o Edital de Recuperação de Nascentes e Margens dos Cursos D'Água e o de Formação de Agentes Multiplicadores para Assistência Técnica a projetos Florestais.

O Programa participa ainda de uma ampla corrente voltada para a elaboração de um Plano Nacional de Recuperação de áreas Degradadas, juntamente com a Embrapa, Ibama, órgãos estaduais de meio ambiente e organizações não governamentais.

Também foi motor de importantes acontecimentos no campo das mudanças de paradigma para o crédito rural com a criação do Pronaf Florestas, atendendo mais 18 mil produtores rurais, do Propflora, mecanismo de financiamento da recuperação de áreas degradadas.

ruas, principalmente veículos pesados, motocicletas e veículos velhos e também da demanda de crescimento do parque industrial, especialmente a indústria petroquímica e de geração de calor (termelétricas), requerem medidas ainda mais intensas.

Outro horizonte que se abriu com a dinâmica de implementação das metas do Nacional de Florestas foram as agendas de debate sobre serviços ambientais e a importância das florestas para o processo de discussão e para as soluções sobre as mudanças climáticas.

Tanto no contexto das reduções de emissões quanto na aplicação de mecanismos de desenvolvimento limpo, a discussão que envolve as florestas teve origem em estudos e na promoção de ações do programa.

Os avanços tecnológicos alcançados apontam para a expansão e a liderança no conhecimento de silvicultura e para a consolidação das práticas do manejo florestal sustentável das florestas.

Na transferência de tecnologia, destaca-se a força dos programas de fomento de empresas privadas para os pequenos produtores rurais incorporados na produção florestal.

As pesquisas avançam para superar o desafio da silvicultura de espécies nativas e na tecnologia de industrialização da madeira, de forma a gerar cada vez menos resíduos com maiores usos dos produtos da floresta.

Destacam-se, também, os avanços sobre o contexto dos usos não madeiráveis da floresta, debate que permitiu o resgate de conhecimentos tradicionais, a incorporação de pessoas aos sistemas de produção e o reconhecimento da eficiência das boas práticas para o uso e a conservação das florestas.

O programa contribui diretamente para a incorporação de temas voltados para a conservação da biodiversidade de maneira mais ampla, quando incorpora a dimensão e a importância socioambiental dos biomas não florestais como a Caatinga e o Cerrado.

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos

LEI + CRÉDITO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
33.537.361,00	25.998.668,15	25.998.668,15	25.998.668,15

Entre as diversas atividades realizadas pelo programa Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade destaca-se a finalização da proposta de Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas, que compreende o monitoramento, a avaliação e a minimização dos impactos decorrentes dessas espécies no país.

No último trimestre de 2009, foi publicado o livro "Informe sobre as Espécies Exóticas Invasoras Marinhas no Brasil".

Essa obra corresponde ao primeiro de uma série de

informes científicos que serão publicados sobre essa temática, representando um enorme avanço na orientação das três esferas do Poder Público para as ações de prevenção, erradicação, controle/manejo e monitoramento das espécies exóticas invasoras no país.

Cumpra também destacar a atuação decisiva do MMA para impedir a revogação da Resolução Normativa nº 05 da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, que obriga o monitoramento pós liberação comercial relativa aos efeitos adversos dos organismos geneticamente modificados ao meio ambiente, à biodiversidade e à saúde humana.

Por fim, cabe ressaltar que o MMA vem apoiando ações de pesquisa voltadas ao monitoramento da coexistência entre variedades convencionais e variedades geneticamente modificadas, incentivando também o monitoramento de eventuais contaminações decorrentes da liberação comercial de variedades geneticamente modificadas, particularmente em relação ao milho.

No ano de 2009, foi publicada a Portaria Conjunta nº 316 entre o MMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, referente aos instrumentos de implementação da Política Nacional da Biodiversidade voltados para a conservação e recuperação de espécies ameaçadas de extinção, sendo estes: as Listas Nacionais Oficiais de Espécies Ameaçadas de Extinção; os Livros Vermelhos das Espécies Brasileiras Ameaçadas de Extinção; e os Planos de Ação Nacionais para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção.

Outra importante iniciativa foi a implementação do projeto GEF “Conservação e Manejo de Polinizadores para a Agricultura Sustentável através de uma Abordagem Ecosistêmica” no Brasil, sob a coordenação internacional da FAO, a coordenação nacional do MMA e a execução pelo Fundo Brasileiro para Biodiversidade - Funbio.

Sobre as ações relacionadas à Implementação da Política Nacional da Biodiversidade, em 2009 iniciou-se o processo de elaboração do 4º Relatório para a Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, com término previsto para maio de 2010.

Foram propostos três indicadores que revelam a evolução do status da biodiversidade brasileira: Mudanças no Status das Espécies Ameaçadas; Tendências dos Biomas e Ecossistemas; e Cobertura de Áreas Protegidas.

Este é um passo fundamental para as nossas ações, considerando que o estabelecimento de indicadores constitui um instrumento essencial para o planejamento e gestão, principalmente no que se refere a políticas e à definição de objetivos.

Destaca-se, ainda, a aprovação da resolução que dispõe sobre a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras.

O indicador de desempenho do programa é a Taxa de Conservação das Espécies Ameaçadas.

Considera-se que os esforços para a conservação da biodiversidade brasileira podem ser avaliados na medida em que mais e mais espécies ameaçadas de extinção são manejadas, o que possibilita a redução da quantidade de espécies nessa situação. Esse indicador aponta para o número de espécies que sofrem ações de manejo necessárias para sua recuperação.

Assim, as ações previstas no programa voltadas para a conservação da biodiversidade brasileira podem ter suas eficácias expressas neste indicador.

A expectativa era que ao final de 2009 houvesse, pelo menos, manejo de 50% das espécies ameaçadas de extinção.

Porém, verificou-se que pouco mais de um quarto das espécies ameaçadas de extinção estavam tendo algum tipo de manejo.

Esta taxa aquém do esperado é resultado de quatro fatores: a) os números previstos para ser alcançados foram muito ambiciosos, tendo em vista que, em 2003, apenas 2% das espécies ameaçadas de extinção eram manejadas; b) os recursos destinados para a realização deste programa são constantemente contingenciados, impedindo que haja um apoio mais eficaz das políticas de conservação das espécies ameaçadas; c) o número de espécies ameaçadas de extinção aumentou, tendo em vista a revisão da lista oficial da flora ameaçada de extinção, lançada em 2008, que aumentou o número de 108 para 472; e d) o grande projeto que deve aumentar o desempenho deste programa, denominado Probio II, que tem entre suas metas a elaboração e a implementação de planos de ação para as espécies ameaçadas de extinção, teve seu início atrasado em relação ao planejamento.

O Projeto deveria ter se iniciado em 2007, mas, somente em setembro de 2008, efetivou-se.

Dessa forma, as iniciativas que ele deve apoiar estão atrasadas, resultando em um menor número de ações de manejo para as espécies ameaçadas de extinção.

Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado é o que busca o MMA por meio desse programa.

Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais – FLORESCER

LEI+CRÉDITO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
112.890.826,00	85.803.135,77	75.861.421,77	75.861.421,77

O objetivo do programa Florescer é promover a queda contínua e consistente do desmatamento ilegal, o combate à desertificação e a conservação da biodiversidade em todos os biomas brasileiros, prevenindo e combatendo o desmatamento ilegal,

queimadas predatórias e incêndios florestais.

Com base nesse objetivo, em setembro de 2009, o MMA apresentou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado, seguindo o modelo do PPCDAM, visando agregar esforços no combate ao desmatamento, queimadas ilegais e, conseqüentemente, à emissão de gases que contribuam para aumento do efeito estufa, entre outros.

Em 2009, as metas propostas para as ações do programa Florescer foram atingidas por meio do monitoramento das áreas susceptíveis a desmatamento e incêndios florestais, associado às ações de fiscalização em campo.

Assim, as ações de monitoramento e de fiscalização ambiental apresentaram, como resultado, o menor índice de desmatamento dos últimos anos na Amazônia Legal.

O Ibama, no ano de 2009, aprimorou a metodologia de monitoramento e alterou a metodologia aplicada à execução das atividades de fiscalização ambiental, com a ampliação da capacidade logística, pela contratação de empresas, que disponibilizaram viaturas e aeronaves.

Na Amazônia Legal, foram substituídas ações pulverizadas, com pequenos efetivos em sua maioria, por ações melhor estruturadas, com uma quantidade maior de servidores do quadro e de autarquias parceiras, concentrando-se nos municípios prioritários que foram responsáveis por mais de 50% da área desmatada, estabelecidos pelo Ministério do Meio Ambiente, em consonância com o Decreto 6.321/07.

Observa-se que o Ibama atuou estrategicamente com o intuito de descapitalizar os infratores, pela destinação/alienação dos bens apreendidos, o que potencializa o efeito pedagógico da fiscalização e reduz a sensação de impunidade.

Entre as ações, destacam-se: Caapora (março a abril) e Boi Pirata II (junho a dezembro), no estado do Pará, Portal da Amazônia (abril a dezembro) e Bom Futuro (maio a julho) em Rondônia, Turiawaca (junho a outubro) no Maranhão, além das ações realizadas pela Operação Arco de Fogo, nos estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia, de fevereiro a dezembro de 2009, em conjunto com a Polícia Federal e Força Nacional de Segurança Pública.

Com base nos resultados de redução de áreas desmatadas na Amazônia Legal, o Ibama poderá elaborar novas metodologias para as operações de fiscalização a serem aplicadas nos demais biomas, respeitando-se as suas peculiaridades.